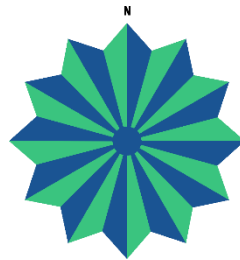




TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ESTATÍSTICA  
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

# RELATÓRIO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 EXERCÍCIO 2020



Belém- Pará  
Março/2021

**PRESIDENTE**

Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro

**VICE-PRESIDENTE**

Des. Ronaldo Marques Valle

**CORREGEDORA GERAL DE JUSTIÇA**

Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha

**EQUIPE TÉCNICA ENVOLVIDA****DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ESTATÍSTICA**

Jonelson Magno Dias

**COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA**

Luciana Sá Fernandes - Coordenadora

Luciana Vieira de Souza Caliari – Analista Judiciário

David Borges Reis e Silva – Analista Judiciário

**COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA**

Fábio Djan Oliveira de Lima - Coordenador

## Sumário

APRESENTAÇÃO .....	4
RESULTADOS ALCANÇADOS .....	6
I. MACRODESAFIO GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA.....	6
II. MACRODESAFIO CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JUDICIAL .....	9
III. MACRODESAFIO COMBATE A CORRUPÇÃO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....	13
IV. MACRODESAFIO ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO .....	15
V. MACRODESAFIO GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES .....	17
VI. MACRODESAFIO IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS.....	19
VII. MACRODESAFIO APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL.....	22
VIII. MACRODESAFIO MELHORIA DE GESTÃO DE PESSOAS.....	26
IX. MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS.....	30
X. MACRODESAFIO INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA.....	32
XI. MACRODESAFIO MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC.....	38

## APRESENTAÇÃO

O Plano Estratégico do TJPA 2015-2020 é composto de 11 macrodesafios, distribuídos em 38 iniciativas estratégicas, que delineiam caminhos institucionais para alcançar seus objetivos e ações estratégicas, divididas por perspectivas de recursos, processos internos e sociedade. O referido Plano é alinhado com a Estratégia Nacional estabelecida pela Resolução nº 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A elaboração do Planejamento Estratégico foi estruturada a partir de certos elementos, dentro os quais se destacam: a missão (razão de ser), visão (expressa a situação desejada) e valores (crenças básicas) do TJPA.

O Plano Estratégico 2015-2020 foi instituído por meio da Resolução n.º 28/2014 e em 2016 foi aprovada a 1º revisão de meio termo do Planejamento Estratégico para o período 2017-2020, conforme a Resolução n.º 35/2016 e a 2ª revisão, por meio da Resolução n.º 25/2018.

A revisão do Plano preserva a estruturação básica do Planejamento instituído, com alguns ajustes pontuais em indicadores e metas, seja com a inclusões e exclusões.

No exercício de 2020 foram traçadas 18 metas, das quais 5 foram alcançadas, o que representa 27,77% do definido para o período, 11 não foram alcançadas e 2 não apuradas.

O Mapa Estratégico para 2015-2020, a seguir, representa graficamente a estratégia definida pelo TJPA para o alcance dos resultados pretendidos, numa relação de causa e efeito, que evidencia os desafios que devem ser superados para concretizar a missão e a visão de futuro.

# PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ



## MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO 2015-2020

**MISSÃO:** Realizar a justiça por meio da efetiva prestação jurisdicional com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito

**VISÃO:** Ser reconhecido pela sociedade como instituição acessível e confiável, voltada à pacificação social

**VALORES:** Acessibilidade  
Credibilidade  
Probidade  
Transparência  
Responsabilidade socioambiental  
Humanização no atendimento

Eficiência  
Ética  
Participação

### GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

- Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente
- Fortalecimento de ações da Justiça Itinerante
- Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários
- Priorização do idoso em situação de vulnerabilidade

#### CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JUDICIAL

- Aperfeiçoamento da gestão do processo judicial eletrônico
- Aperfeiçoamento da estrutura judiciária
- Aprimoramento da gestão de processos e unidades judiciárias

#### COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

- Implementação de políticas institucionais para gestão de processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa

#### ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO

- Fortalecimento de políticas e ações para resolução negociada de conflitos

#### GESTÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES

- Fortalecimento de mecanismos para redução de demandas repetitivas e grandes litigantes

#### IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

- Promoção de ações institucionais voltadas à solução de litígios em execução fiscal
- Gestão do cumprimento e da execução dos julgados cíveis

#### APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

- Enfrentamento à violência doméstica e familiar, contra o idoso, contra a criança e o adolescente e outros grupos vulneráveis
- Fortalecimento da justiça restaurativa
- Apoio a ações de ressocialização dos Apenados e egressos
- Aperfeiçoamento dos sistemas de controle na área criminal

#### MELHORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

- Implantação de modelo de gestão por competências
- Aprimoramento da formação de magistrados e servidores
- Fortalecimento da Política de atenção à saúde e qualidade de vida

#### APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS

- Implantação da gestão de custos

#### INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

- Aperfeiçoamento da gestão dos recursos financeiros
- Modernização da infraestrutura do Poder Judiciário
- Aprimoramento da gestão estratégica
- Fortalecimento do sistema de controles internos do TJPA
- Aprimoramento das estruturas administrativas e jurisdicionais
- Otimização da gestão da informação documental
- Aprimoramento da comunicação interna e externa
- Fortalecimento de práticas sustentáveis
- Fortalecimento da gestão do 1º Grau de jurisdição

#### MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC

- Inovação e modernização da infraestrutura de TIC
- Inovação e aperfeiçoamento da gestão do sistema de informação
- Aprimoramento da segurança da Informação
- Fortalecimento da governança na área de tecnologia de informação e comunicação

Sociedade

Processos Internos

Recursos

## RESULTADOS ALCANÇADOS

### I. MACRODESAFIO GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA

O Macrodesafio Garantia dos Direitos da Cidadania refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os direitos da cidadania (CF, art. 1º, inc. II), em sua múltipla manifestação social: cidadão infante-juvenil, cidadão-administrado (usuário dos serviços públicos), cidadão-eleitor, cidadão trabalhador-produtor, cidadão-consumidor, cidadão-contribuinte, dentre outros, buscando-se atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa.

Foram trabalhadas em 2020 as seguintes iniciativas estratégicas previstas para este macrodesafio: Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente, Fortalecimento de ações da justiça itinerante, Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários e Priorização do idoso em situação de vulnerabilidade.

- **Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente**

A Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude- CEIJ, aprovou o projeto Rede em Ação: Adoção de Crianças e Adolescentes Acolhidos, que trata de orientações básicas para preparação de crianças e adolescentes acolhidos para adoção. A CEIJ também realizou ao longo de 2020 diversos eventos: Curso Básico para Voluntários em Serviços de Acolhimento, Rodas de Diálogo de Acompanhamento de Madrinhas e Padrinhos Afetivos e Pretendentes, Projeto Porto Seguro: Círculos de Diálogo com Crianças e Adolescentes em Situação de Acolhimento Institucional e *Webinário* “Direitos da Criança e do Adolescente em Tempos de Pandemia”.

Por meio do projeto “Minha Escola, Meu Refúgio”, que tem como objetivo levar a pais, professores, técnicos e alunos informações e orientações sobre como identificar sinais de violências contra crianças e adolescentes, foram visitadas em 2020 7 escolas municipais. Também foram realizados 2 eventos virtuais do Observatório da Violência, voltados à prevenção e ao combate ao abuso e à exploração sexual a crianças e adolescentes. Os eventos foram uma *live* intitulada “A Proteção de crianças e adolescentes em período de isolamento” e o *Webinário* “ Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”. Destaca-se também que este projeto ganhou 2º lugar na 17º edição do prêmio Innovare, cujo objetivo é identificar, divulgar e

difundir práticas que contribuam para o aprimoramento da justiça no Brasil.

- **Fortalecimento de ações da justiça itinerante**

Com o objetivo de dar agilidade e andamento aos processos, foram realizadas no período de 10 a 14 de fevereiro, em parceria com o navio da Caixa Econômica Federal, ações nos municípios de Bagre e Curralinho, onde foram proferidas 43 sentenças e 293 decisões interlocutórias/despachos, além de orientações jurídicas aos jurisdicionados.

- **Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários**

A Ouvidoria Agrária, órgão departamental, vinculado à presidência do TJE, vem envidando esforços com firmeza e competência, na missão de promover mecanismos adequados para a solução dos conflitos fundiários. Esse processo tem contado com a colaboração de diversos atores envolvidos nas questões fundiárias.

Nesse contexto, como principais ações da Ouvidoria Agrária destacam-se: a Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários – CMCF, que intervém em eventuais disputas de interesses possessórios, na busca de soluções amigáveis, quanto a ocupação da terra, mediando conflitos e promovendo o diálogo democrático, e a Comissão de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas a Grilagem – CPMEAQLG.

Foi realizado um Acordo de cooperação técnica para realização do Sistema de Informações Geográficas Fundiárias – SIG-Fundiário com base na necessidade de aprimorar a gestão fundiária, agrária e ambiental no estado do Pará, aplicando a metodologia de digitalização dos processos administrativos dos órgãos de origem e dos registros de imóveis, com homologação, sistematização e controle de acesso à informação.

Também foi proposto um projeto de lei que transforma a Ouvidoria Agrária em Ouvidoria Fundiária, com isso busca-se avançar na melhor solução de conflitos não só no meio rural, como também em meio urbano, voltando-se para ações proativas junto aos membros dos órgãos fundiários. Nesse Projeto de Lei o Núcleo de Mediação de Conflitos do TJE passará a integrar a Ouvidoria Fundiária, cuja estrutura funcional abarcará maior efetividade nas ações voltadas aos conflitos.

<b>INICIATIVA ESTRATÉGICA</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente.</li> <li>2. Fortalecimento de ações da justiça itinerante.</li> <li>3. Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários.</li> <li>4. Priorização do idoso em situação de vulnerabilidade.</li> </ol>
<b>META 2020</b>	Aumentar em 2% o número de pessoas beneficiadas em ações de cidadania, no período base.
<b>INDICADOR</b>	Total de Pessoas Beneficiadas em Ações de Cidadania (TPBen).
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	Número total de pessoas beneficiadas em ações de cidadania.

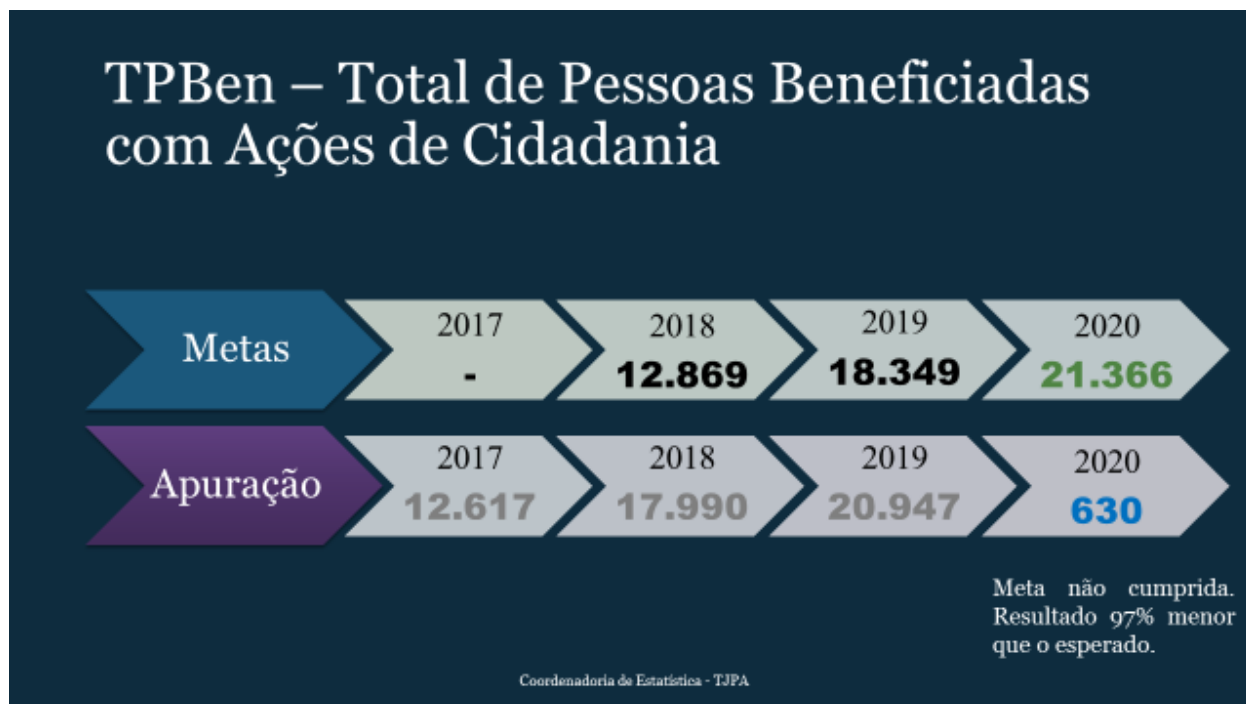
#### - APURAÇÃO 2020

<b>Índices</b>	<b>Total de Pessoas Beneficiadas em Ações de Cidadania</b>
Índice Esperado	2%
Índice Observado	-97%
<b>Situação da Meta</b>	<b>NÃO ALCANÇADA</b>

Fonte: Coordenadoria de Estatística/DPGE/TJPA



## Histórico do Indicador Pessoas beneficiadas com ações de cidadania



Fonte: Coordenadoria de Estatística/DPGE/TJPA

### - DESEMPENHO

A meta definida para o período era aumentar em **2%** em relação a 2019 o número de pessoas beneficiadas nas ações de Cidadania, o apurado em 2019 foi 20.947 atendimentos e o alcançado em 2020 foram 630 atendimentos, **97%** abaixo do esperado.

## II. MACRODESAFIO CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JUDICIAL

A Celeridade e Produtividade na Prestação Judicial tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

Foram definidas as seguintes iniciativas estratégicas para este macrodesafio: Implementação da gestão do processo judicial eletrônico, Fortalecimento da gestão do 1º grau de jurisdição, Aperfeiçoamento da estrutura judiciária e Aprimoramento da gestão de processos e unidades judiciárias.

- **Aperfeiçoamento da gestão do processo judicial eletrônico**

Por meio projeto de Expansão do PJe, foram contempladas 138 novas unidades judiciárias criminais no ano de 2020 através de um plano de trabalho colaborativo e multidisciplinar, com abordagem para conteúdo didático, capacitação de servidores e magistrados e reestruturação de equipe técnica. O TJPA já conta com 523 unidades judiciárias no PJe, agregando celeridade processual, além de economia de recursos e tempo. Adicionalmente, houve a conclusão do Projeto de Migração do Processo Judicial Eletrônico – PJe, para Versão 2.1 (versão nacional), contemplando a expansão para a Polícia Civil, mais de 100 fluxos melhorados e mais de 200 funcionalidades mantidas, aprimoradas ou alteradas.

- **Aperfeiçoamento da estrutura judiciária**

Foi instalada a Vara única da Comarca de Vitória do Xingú, conforme resolução Nº 7 de 30 de setembro de 2020 e a unidade judiciária de Xinguara. Também houve instalação da Unidade de Processamento Judicial (UPJ) das Varas de Família do Fórum Cível de Belém. A unificação de serventias proporciona otimização dos trabalhos, especialização de servidores em atividades e agilização da tramitação processual.

- **Aprimoramento da gestão de processos e unidades judiciárias**

Destaca-se o Programa de Incremento de Baixa Processual (PIB) que foi instituído para padronizar e uniformizar as movimentações processuais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo é garantir que as unidades judiciárias realizem de forma correta as movimentações de baixa processual e possam ter sua produtividade refletida fidedignamente no relatório Justiça em Números. Nesta edição o PIB englobou todas as unidades do Tribunal de Justiça do Pará, diferencial em relação ao ano anterior que selecionou algumas unidades. No período de 1º de outubro a 31 de dezembro as unidades de 1º grau tinham metas de baixa processual segundo as próprias peculiaridades. O Grupo de Apoio e Monitoramento foi mantido e as unidades que estavam em situação crítica foram auxiliadas de forma remota e presencial.

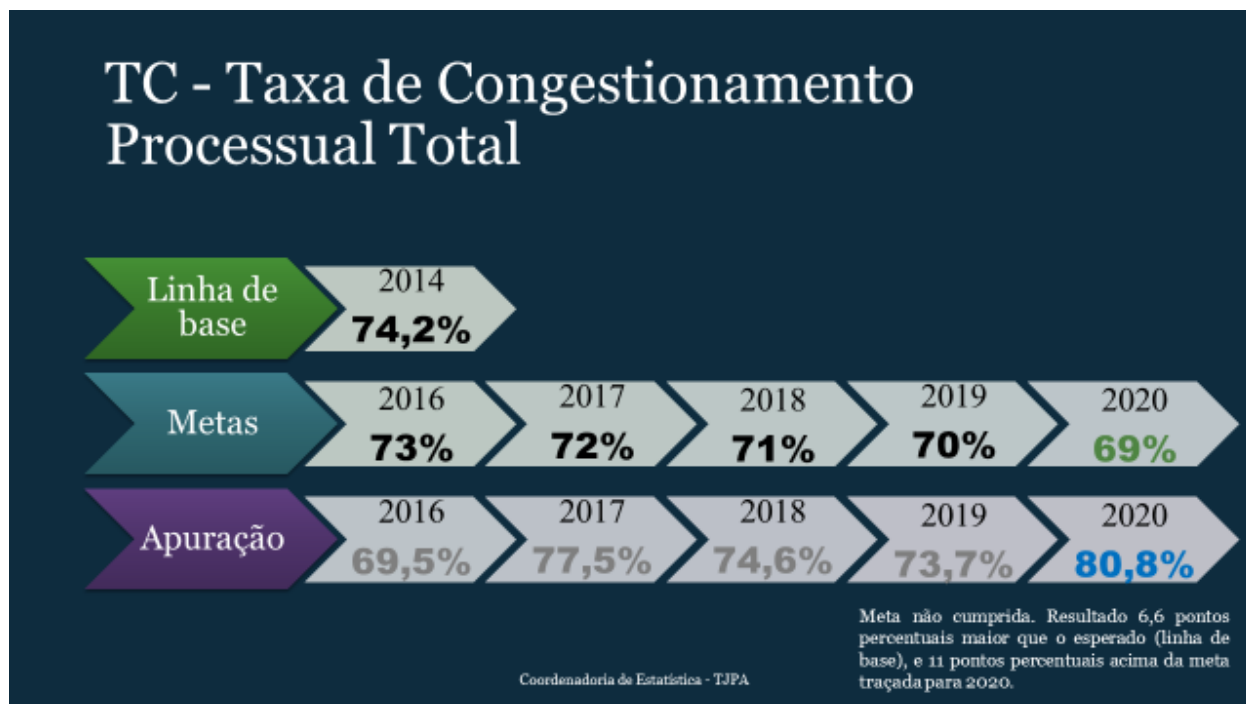
<b>INICIATIVAS ESTRATÉGICAS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aperfeiçoamento da gestão do processo judicial eletrônico.</li> <li>2. Aperfeiçoamento da estrutura judiciária.</li> <li>3. Aprimoramento da gestão de processos e unidades judiciárias.</li> </ol>
<b>META 2020</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reduzir em 5 p.p, a taxa de congestionamento processual, em relação a linha de base.</li> <li>2. Alcançar pelos menos 150% no índice de atendimento a demanda.</li> <li>3. Aumentar 5 p.p de índice de processos judiciais eletrônicos novos no período base, em relação ao período de referência.</li> </ol>
<b>INDICADOR</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Taxa de congestionamento processual total (TC)</li> <li>2. Índice de atendimento à demanda (IAD)</li> <li>3. Índice de processos judiciais eletrônicos novos (ProcEL)</li> </ol>
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <math>TC = (\text{total de casos pendentes} / \text{total de casos pendentes} + \text{total de processos baixados}) \times 100</math></li> <li>2. <math>IAD = (\text{Total de processos baixados} / \text{casos novos}) \times 100</math></li> <li>3. <math>ProcEL = (\text{casos novos eletrônicos} / \text{casos novos}) \times 100</math></li> </ol>

## APURAÇÃO

<b>Índices</b>	<b>Taxa de Congestionamento processual total</b>	<b>Índice de atendimento à demanda</b>	<b>Índice de processos judiciais eletrônicos novos</b>
Índice esperado	-5 pp	150%	5 p.p
Índice observado	6.6 pp	108%	13p.p
<b>Situação da Meta</b>	<b>NÃO ALCANÇADA</b>	<b>NÃO ALCANÇADA</b>	<b>ALCANÇADA</b>

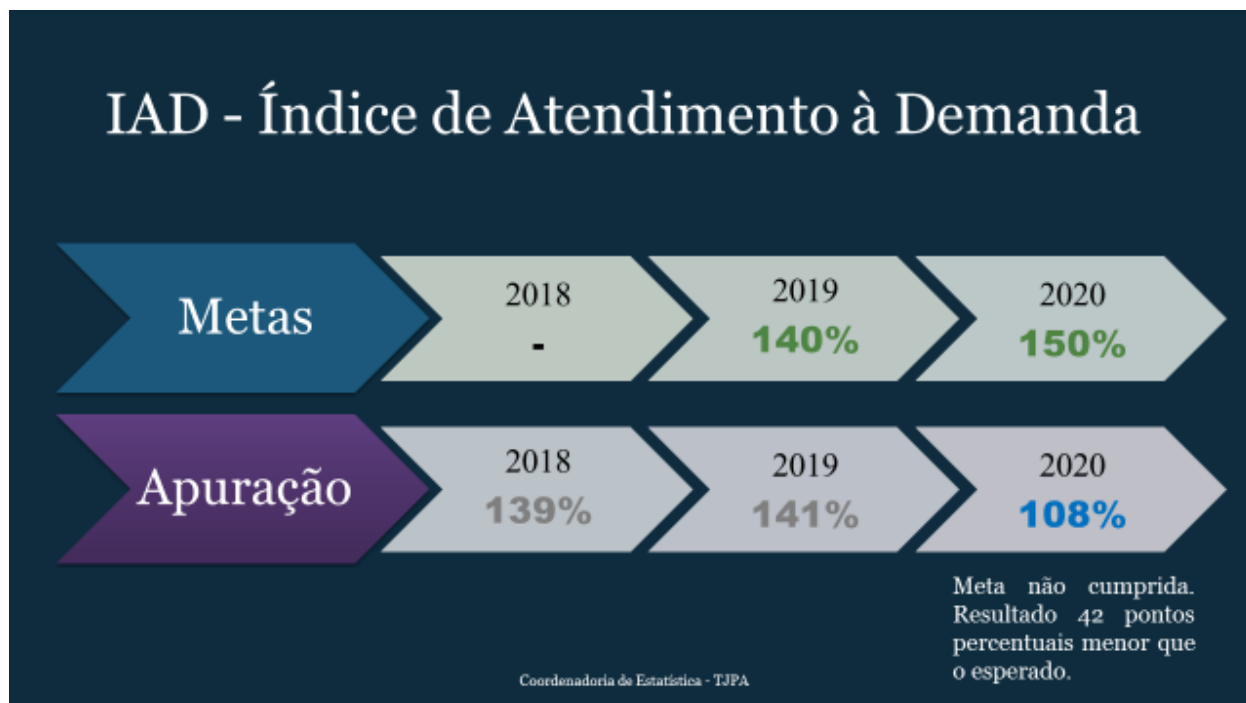
Fonte: Coordenadoria de Estatística/DPGE/TJPA

## Histórico do Indicador Taxa de Congestionamento Processual Total



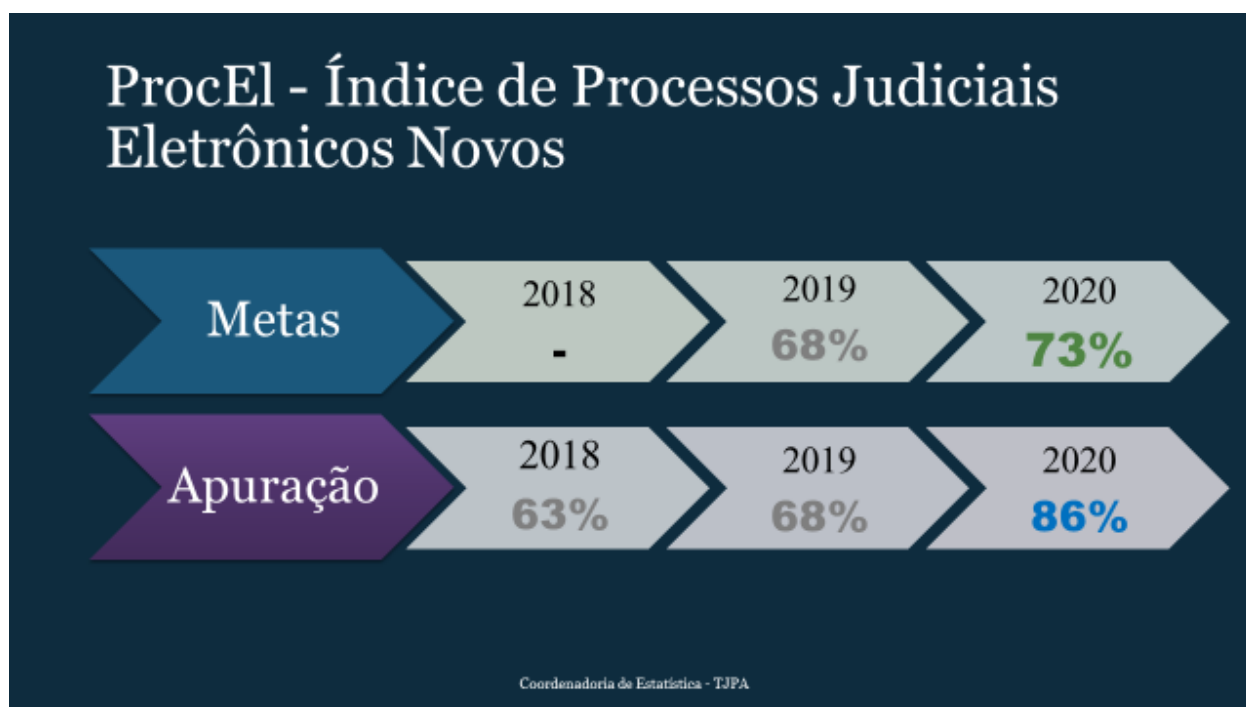
Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

## Histórico do Indicador Índice de atendimento à demanda



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

## Histórico do Indicador Índice de processos judiciais eletrônicos novos



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

### - DESEMPENHO

Para o acompanhamento deste macrodesafio foram definidos três indicadores: Taxa de Congestionamento processual total, Índice de atendimento à demanda e Índice de processos judiciais eletrônicos novos. Quanto a taxa de congestionamento processual a meta estabelecida para 2020 era a redução de 5 p.p e o resultado apurado foi de 6 p.p acima do esperado em relação a linha de base e 11 p.p acima da meta traçada para o ano de 2020. O índice de atendimento a demanda tinha como meta para 2020 150%, porém o apurado ficou em 108%, ou seja 42 p.p abaixo do esperado. Quanto ao indicador índice de Processos Judiciais Eletrônicos Novos a meta foi alcançada, superando em 13 p.p o esperado para o período.

### III. MACRODESAFIO COMBATE A CORRUPÇÃO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

O Combate a Corrupção e a Improbidade Administrativa refere-se ao conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública e eleitorais, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais

que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade, crimes eleitorais e crimes contra a administração pública além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Para este macrodesafio foi definida a seguinte iniciativa estratégica:

- **Implementação das políticas institucionais para gestão de processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa**

Em 2020, o TJPA julgou 47,8% dos processos de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídos até 2017 no 1º grau. O 2º grau cumpriu a meta 4, julgando quase 84,5% do seu acervo relativo ao tema. Considerando todos os segmentos da justiça estadual, que inclui os juizados e a turma recursal, o TJPA julgou 2.353 ações, o que representa 51,3% do total de processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau, 2º grau e juizados especiais.

<b>INICIATIVA ESTRATÉGICA</b>	1. Implementação das políticas institucionais para gestão de processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa.
<b>META 2020</b>	Reduzir a proporção de processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública sem movimentação há mais de 100 dias, em relação ao período de referência.
<b>INDICADOR</b>	Percentual do número de processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública sem movimentação há mais de 100 dias (PImp100)
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	$PImp100 = \left( \frac{\text{proc. de improb. Adm. Sem movimentação a mais de 100 dias}}{\text{Total de proc. de improb. Adm. em andamento}} \right) \times 100$

#### - APURAÇÃO

<b>Índices</b>	<b>Percentual do número de processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública sem movimentação há mais</b>
Índice esperado	----
Índice observado	-----
Situação da Meta	<b>NÃO APURADO</b>

Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/ TJPA

#### **IV. MACRODESAFIO ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO**

O macrodesafio Adoção de Soluções Alternativas de Conflito refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem; à formação de agentes comunitários de justiça; e, ainda, à celebração de parcerias com a Defensoria Pública, Secretarias de Assistência Social, Conselhos Tutelares, Ministério Público, e outras entidades afins.

A iniciativa estratégica que compõe este macrodesafio é a seguinte:

- **Fortalecimento de políticas e ações para resolução negociada de conflitos**

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) instalou, em 2020, o 14º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) do Pará no município de Abaetetuba. Implantado também o Cejusc Virtual Paraense, que foi regulamentado a partir da publicação da Portaria Conjunta nº 12, publicada em 22 de maio de 2020, que permitiu a realização de audiências de mediação e conciliação virtuais. Disponível para todas as Comarcas do estado, o Cejusc Virtual Paraense é um canal 100% digital, e dispensa o comparecimento presencial às unidades físicas dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs). A plataforma foi implantada pelo Nupemec em todos os Cejuscs, visando a continuidade da prestação de serviços, mesmo com a suspensão do atendimento presencial. Os Cejuscs disponibilizam à população a oportunidade de resolução de demandas pré-processuais e processuais por meio de conciliação e mediação.

<b>INICIATIVA ESTRATÉGICA</b>	Fortalecimento de políticas e ações para resolução negociada de conflitos
<b>META 2020</b>	Aumentar em 30% o número de acordos pré-processuais celebrados pelos Cejuscs no período-base, em relação ao período de referência. Aumentar em 2 (dois) pontos percentuais o índice de conciliação por ano, em relação ao período de referência.

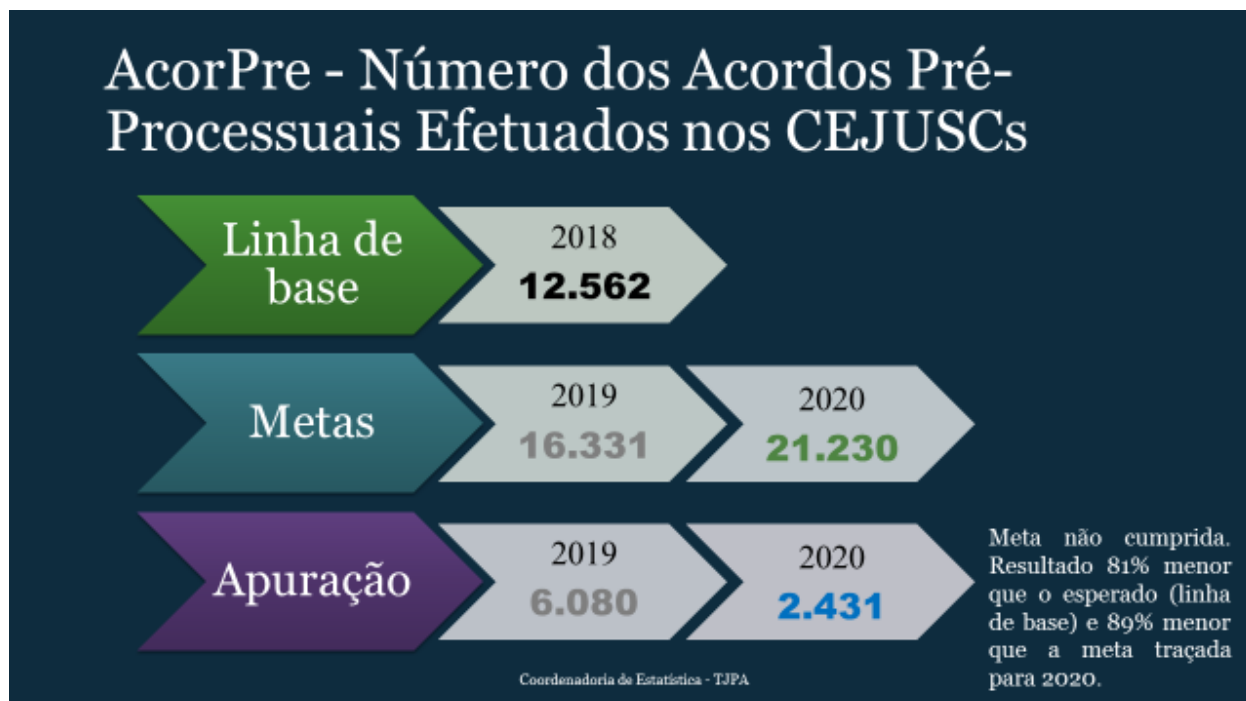
<b>INDICADOR</b>	Número de Acordos Pré-Processuais Celebrados nos Cejuscs (AcorPre) Índice de Conciliação (ICon)
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	Não há $ICon = (\text{sentenças homologatórias de acordo} / \text{Total de sentenças}) \times 100$

## APURAÇÃO

Índices	Número de Acordos Pré-Processuais Celebrados nos Cejuscs (AcorPre)	Índice de Conciliação (ICon)
Índice esperado	30%	2 p.p
Índice observado	-89%	-5,5p.p
<b>Situação da Meta</b>	<b>NÃO ALCANÇADA</b>	<b>NÃO ALCANÇADA</b>

Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/ TJPA

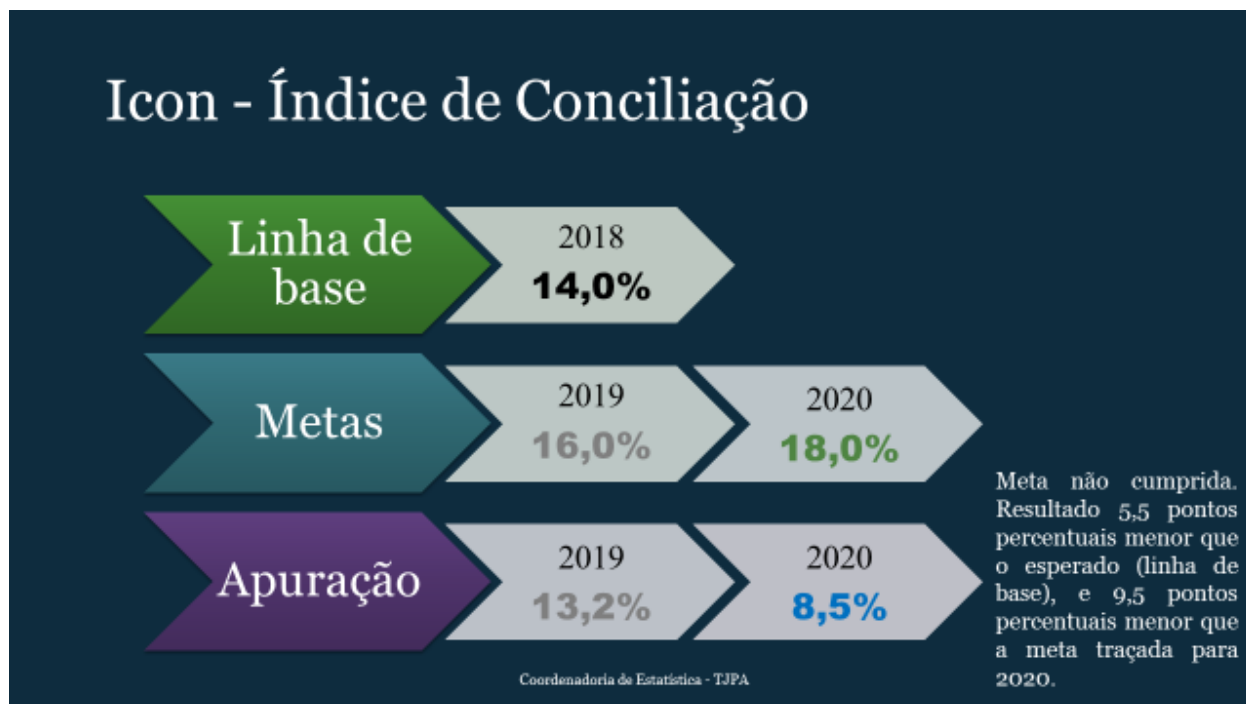
## Histórico do Indicador Número de Acordos Pré-Processuais Celebrados nos Cejuscs (AcorPre)



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA



## Histórico do Indicador Índice de Conciliação (Icon)



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

### - DESEMPENHO

Houve redução no número de acordos pré-processuais. A meta prevista para 2020 era de 21.230 acordos, porém foram realizados 2.431. Em relação ao índice de conciliação o percentual apurado foi -5,5 pp inferior à linha de base e -9,5 p.p em relação ao esperado para 2020.

## V. MACRODESAFIO GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES

A Gestão das Demandas Repetitivas e dos Grandes Litigantes refere-se à redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, das operadoras de telefonia, entre outros, por meio da gestão da informação e do uso de sistemas eletrônicos. Visa reverter a cultura da excessiva judicialização, com a proposição de inovações legislativas, a criação e aplicação de mecanismos para penalizar a litigância protelatória e o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes.

No exercício de 2020 foi trabalhada a seguinte iniciativa estratégica:

- **Fortalecimento de mecanismos para efetivação da redução de demandas repetitivas e grandes litigantes**

Criado o Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas (Numopede), responsável por identificar, analisar, monitorar e normatizar critérios de identificação dos grandes litigantes e das demandas repetitivas. Realizada também a divulgação da lista dos 30 maiores litigantes no âmbito do TJPA. Além disto também foi criado o selo “Empresa Amiga da Justiça” com o intuito de estimular a adesão de empresas a ações que reduzam a judicialização.

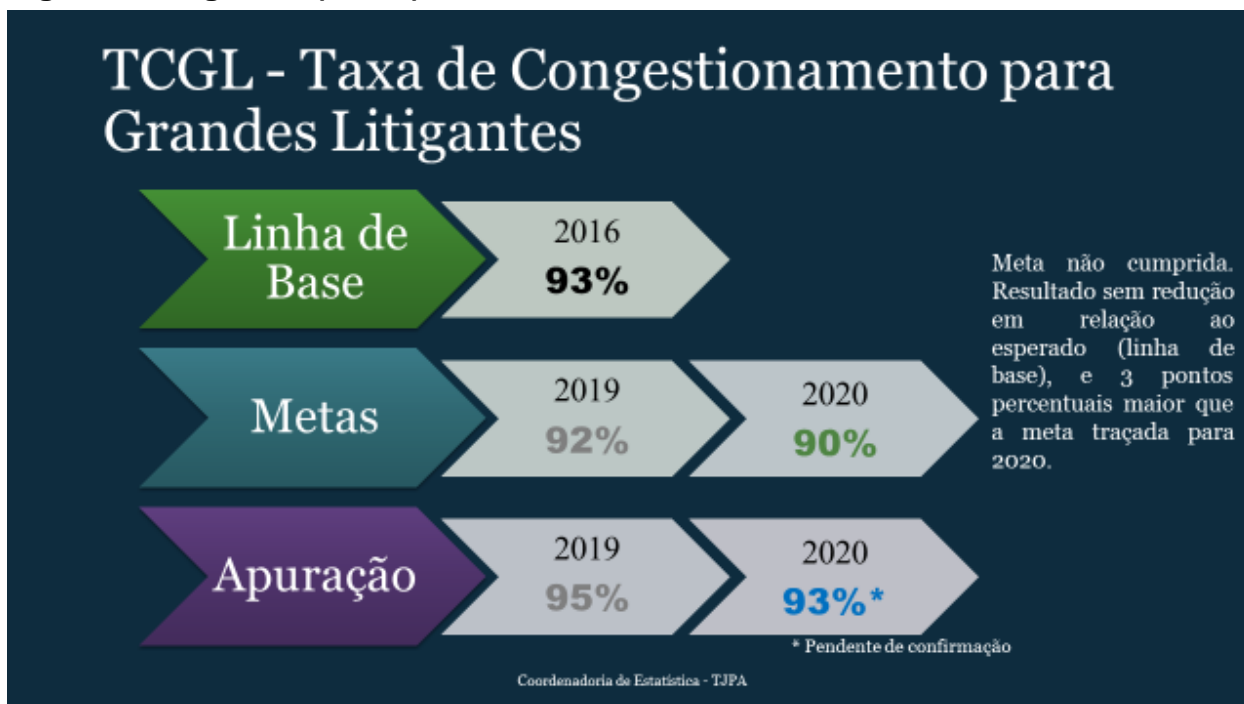
<b>INICIATIVA ESTRATÉGICA</b>	1. Fortalecimento de mecanismos para efetivação da redução de demandas repetitivas e grandes litigantes
<b>META 2020</b>	Reduzir em 3 p.p a taxa de congestionamento processual das ações de grandes litigantes, em relação a linha de base
<b>INDICADOR</b>	Taxa de congestionamento processual das ações de grandes litigantes (TCGL)
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	$TC = \frac{\text{Total de casos pendentes de GL}}{\text{Total de casos pendentes de GL} + \text{Total de processos baixados de GL}} \times 100$

#### - APURAÇÃO

<b>Índices</b>	<b>Taxa de congestionamento processual das ações de grandes litigantes (TCGL)</b>
Índice Esperado	- 3 pp
Índice Observado	Sem redução
<b>Situação da Meta</b>	<b>NÃO ALCANÇADA</b>

Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/ TJPA

## Histórico do indicador Taxa de congestionamento processual das ações de grandes litigantes (TCGL)



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

### - DESEMPENHO

O objetivo deste macrodesafio era redução de 3 p.p em relação a linha de base da taxa de congestionamento, ou seja, alcançar 90% na taxa de congestionamento, porém não houve nenhuma redução no período mantendo-se em 2020 o mesmo percentual da linha de base 93%.

## VI. MACRODESAFIO IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O macrodesafio Impulso às Execuções Fiscais, Cíveis e Trabalhistas refere-se à implantação de ações visando à efetividade das ações judiciais, propiciando a recuperação de bens e valores aos cofres públicos (execuções fiscais) e a solução definitiva dos litígios cíveis e trabalhistas. Para tanto, podem ser adotados mecanismos como a utilização tempestiva dos sistemas de bloqueio de ativos do devedor (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD); a realização de leilões judiciais; a celebração de parcerias com as Procuradorias de Fazenda, juntas comerciais, cartórios de registro de imóveis e de protesto de títulos; a inscrição da dívida nos sistemas de proteção ao crédito, a exemplo do Serasa e SPC, entre outras ações.

As iniciativas traçadas para este macrodesafio foram: Promoção de ações institucionais voltadas à solução de litígios em execução fiscal e Gestão do cumprimento e da

execução dos julgados cíveis.

- **Promoção de ações institucionais voltadas à solução de litígios em execução fiscal**

Foi elaborado um Guia Prático de Execução Fiscal, dirigido a magistrados e servidores, cujo objetivo é aumentar a celeridade processual e simplificar o cumprimento das decisões judiciais por meio da uniformização de procedimentos nas Varas com competência em matéria fiscal nas Comarcas da capital e do interior.

Com design arejado e elementos visuais de apoio, a publicação contém: marco teórico sobre o rito da execução fiscal, tabela de fundamentação normativa, informações sobre rotinas de Secretaria abrangendo as diversas etapas do processo executivo fiscal, desde o ajuizamento do feito até o seu arquivamento definitivo, além de comentários sobre temas relevantes acompanhados de precedentes e súmulas atualizadas do STJ e apêndice com sugestão de modelos diversos que permitirá a padronização de procedimentos nas unidades judiciárias.

- **Gestão do cumprimento e da execução dos julgados cíveis**

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) disponibilizou uma nova versão do Guia de Ferramentas a Serviço do Magistrado. O guia foi atualizado para que os juízes tenham acesso fácil e rápido aos links e instruções sobre o uso de sistemas de apoio à atuação da magistratura, e permite tanto o acesso a informações quanto a aplicação prática de penalidades. Na publicação é possível consultar o funcionamento, instruções para cadastro, orientações de acesso e troca de senhas dos sistemas.

A nova versão do Guia de Ferramentas apresenta noções sobre o uso de sistemas eletrônicos de pesquisas de bens e localização de devedores, no intuito de conferir mais celeridade às execuções cíveis/fiscais e cumprimentos de sentença, direcionando dessa forma os esforços para recuperação de dívidas e, conseqüentemente, para a solução definitiva dos processos.

No guia, os magistrados também têm acesso a informações sobre sistemas de pesquisas patrimoniais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sob a Gestão da Central de Comunicação Interna e de Apoio à Magistratura, como BACENJUD, CCS-BACEN, RENAJUD, SERASAJUD, INFOJUD, INFOSEG/SINESP, assim como outros sistemas de pesquisas patrimoniais e de localização de devedores, como a Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB), o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI), o Registro Mercantil Integrado (REGIN), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e o Sistema de Informações Eleitorais (SIEL).

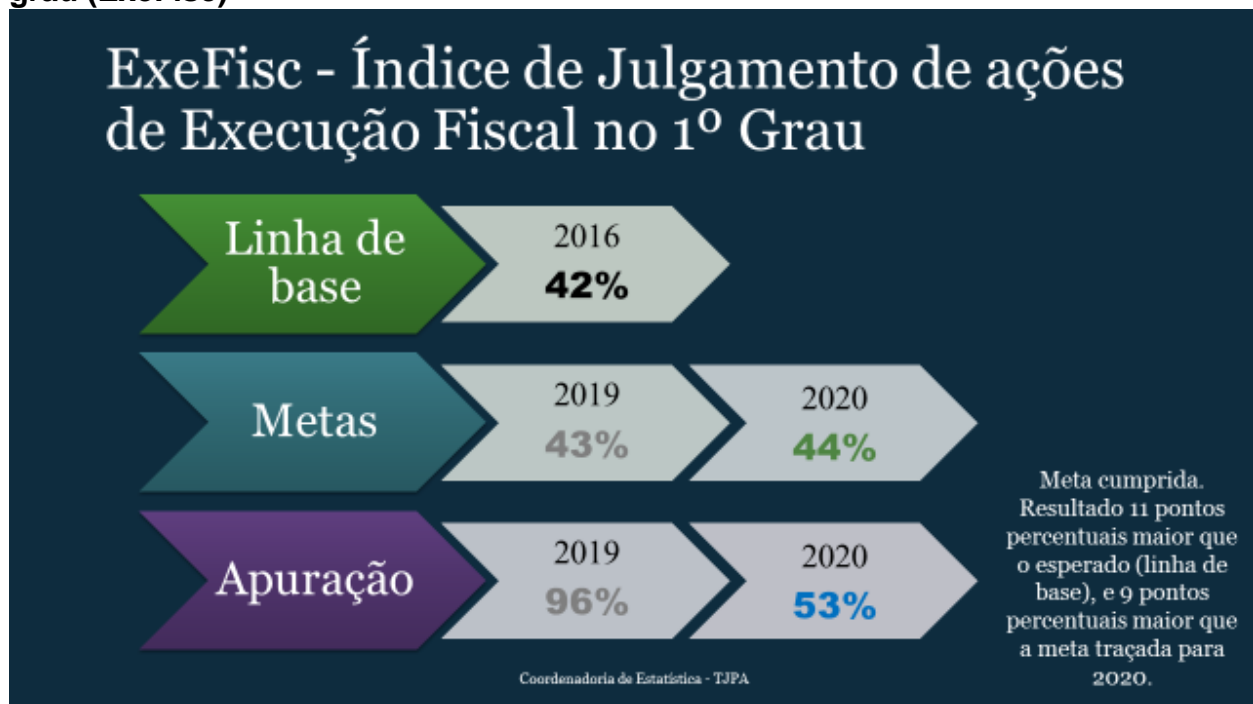
<b>INICIATIVAS ESTRATÉGICAS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Promoção de ações institucionais voltadas à solução de litígios em execução fiscal</li> <li>Gestão do cumprimento e da execução dos julgados</li> </ol>
<b>META 2020</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Aumentar em 2 p. p o índice de julgamento de ações de execução fiscal</li> <li>Alcançar pelo menos 90% de índice de julgamento de Ações de execução judicial cível</li> </ol>
<b>INDICADOR</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Índice de julgamento de ações de execução fiscal no 1º grau (ExeFisc)</li> <li>Índice de julgamento de ações de execução judicial cível (ExeJud)</li> </ol>
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>ExeFisc = (Total de executivos fiscais julgados/Casos novos de Execução fiscal) x 100</li> <li>ExeJud = (Total de execuções fiscais cíveis julgadas/Casos novos de execução judicial cível) x</li> </ol>

## -APURAÇÃO

Índices	Índice de julgamento de ações de execução fiscal no 1º grau (ExeFisc)	Índice de julgamento de ações de execução judicial cível (ExeJud)
Índice esperado	2 p.p	90%
Índice observado	9 p.p	59%
<b>Situação da Meta</b>	<b>ALCANÇADA</b>	<b>NÃO ALCANÇADA</b>

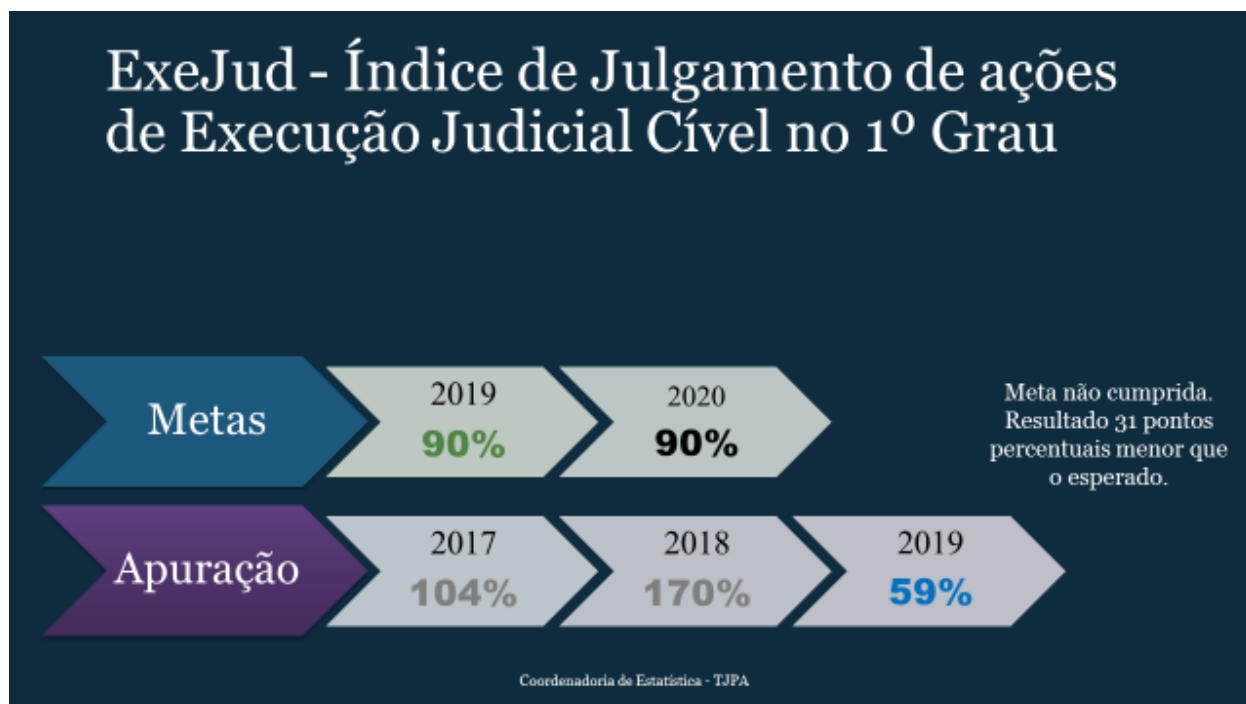
Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/ TJPA

## Histórico do indicador Índice de julgamento de ações de execução fiscal no 1º grau (ExeFisc)



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE

## Histórico do indicador Índice de julgamento de ações de execução judicial cível (ExeJud)



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

### DESEMPENHO

O indicador registrou resultado de 11 pontos percentuais acima da linha de base e 9 p.p acima do esperado para 2020. Quanto ao julgamento da execução judicial cível o apurado foi 31 p.p abaixo do esperado para o período.

### VII. MACRODESAFIO APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

O macrodesafio Aprimoramento da gestão da justiça Criminal busca à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, diferenciando-as das penas corporais e medidas de segurança, estas do regime aberto, semi aberto e fechado, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário, fortalecimento dos conselhos de comunidade, penitenciários e dos patronatos e combate ao uso de drogas ilícitas. Pretende reduzir o número de processos, as taxas de encarceramento e a reincidência; estabelecer mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social; e a construção de uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.

As iniciativas deste macrodesafio são:

- **Enfrentamento à violência doméstica e familiar, contra o idoso contra a criança e o adolescente e outros grupos vulneráveis**

A Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar CEVID coordenou, a nível estadual, a execução do programa “Justiça pela Paz em Casa”, onde há atuação, em esforço concentrado, para movimentação e julgamento das ações relativas à violência doméstica e familiar contra a mulher e feminicídio. No ano de 2020, em razão da pandemia do Coronavírus, só houve a realização da edição do mês de março, quando foram registrados 648 (seiscentos e quarenta e oito) audiências, 2.031 (dois mil e trinta e um) despachos, 1 (um) júri e 2.440 (duas mil, quatrocentos e quarenta e quatro) sentenças proferidas.

Além dos esforços concentrados para movimentação e julgamento de casos de violência contra a mulher e feminicídio, durante as semanas da “Justiça pela Paz em Casa” também são realizadas ações de fortalecimento da rede de prevenção e enfrentamento à violência de gênero, com realização de seminários, palestras, formações, etc. Ainda no eixo judicial, a CEVID tem auxiliado no acompanhamento do cumprimento das Metas 8 e 9 do Poder Judiciário.

Também foram formalizados termos de cooperação técnica entre o Poder Judiciário estadual e instituições de ensino para assessoria jurídica nos Núcleos de Práticas Jurídicas do Cesupa e da Fibra, em Belém, e da Ulbra, em Santarém, além da parceria renovada com a Unama, que assegura às mulheres e seus familiares, em situação de violência, atendimento na área da saúde mental.

A CEVID buscou fortalecer e ampliar as parcerias institucionais e comunitárias, promovendo a renovação e ampliação do programa “Patrulha Maria da Penha”, no âmbito de todo o Estado do Pará, por meio de acordo de cooperação técnica firmado entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo estaduais, possibilitando a adesão de prefeituras municipais ao programa. Em 2020, 24 (vinte e quatro) mulheres em situação de violência doméstica e familiar foram inseridas no programa, 8 (oito) mulheres foram excluídas e 672 (seiscentos e setenta e dois) atendimentos realizados. Atualmente o programa atende, aproximadamente, 90 (noventa) mulheres.

Também, atuou no fortalecimento do projeto “SOS Mulher”, resultado de acordo de cooperação técnica entre a Tribunal de Justiça e o Município de Belém, que acompanha o cumprimento de medidas protetivas por meio do aplicativo de celular que aciona a Guarda Municipal de Belém, bem como renovou acordo de cooperação técnica firmado com o Sistema Integrado de Justiça Complexo de Proteção à Mulher, constituído

pela Fundação ParaPaz, Delegacia da Mulher, Ministério Público, Defensoria Pública e Instituto Médico Legal.

No ano de 2020, a CEVID mobilizou 112 (cento e doze) Comarcas a aderir à Campanha Nacional “Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica”. Lançada em 11/12/2020 pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com diversos órgãos e entidades nacionais, na qual as vítimas podem pedir ajuda às-farmácias de sua região. No Pará, o Conselho Regional de Farmácia e a Polícia Militar integraram a parceria.

- **Fortalecimento da justiça restaurativa**

Foi institucionalizado o Plano de Ações da Coordenadoria de Justiça Restaurativa do TJPA, intitulado “Justiça Restaurativa: Construindo Paz e Bem Viver”. Realizado pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc Esmac) sete sessões de círculos de construção de paz, de 29 a 31 de janeiro, em processos de Direito de Família referentes a guarda e reconhecimento de menor e dissolução de união estável, que resultaram em 100% de acordo. As sessões ocorreram no Núcleo de Mediação Familiar, situado no Fórum da Comarca de Ananindeua.

A iniciativa deu início a um projeto piloto de aplicação da Justiça Restaurativa em casos de Direito de Família, que utiliza o método de círculos de construção de paz, cujo ponto principal é priorizar o diálogo entre indivíduos envolvidos em uma situação de conflito

Realizado no município de Oriximiná curso de formação de facilitadores de círculos de justiça restaurativa e construção de paz, para lideranças comunitárias e quilombolas. Além disto o TJPA participou em 2020 dos seguintes eventos: I *Webnário* Internacional de Justiça Restaurativa, I Seminário Internacional de Justiça Restaurativa e Meio Ambiente, Rodas Virtuais de Conhecimento- Justiça Restaurativa: a Academia e o Judiciário Entrelaçando Redes e Atuação Multidisciplinar, 3º Seminário de Justiça Restaurativa de Maringá/PR e Curso de iniciação teórica em Justiça Restaurativa do Rio Grande do Sul “Comunidade de Apoio ou de Assistência e o Cenário Restaurativo”

- **Apoio as ações de ressocialização de apenados e egressos**

Por meio desta ação é desenvolvido o Programa Começar de Novo que busca garantir ações afirmativas à reinserção social de pessoas condenadas pela justiça, que cumprem pena restritiva de liberdade, custodiadas ou por medida de segurança, bem



como egressos do sistema penal. Em 2020 foram atendidas 246 (duzentas e quarenta e seis pessoas) por meio deste Programa. Foram disponibilizadas vagas no Tribunal Regional Eleitoral, Digitalização de processos e arquivos no TJPA (Belém, Ananindeua, Marabá e Santarém), encaminhamento para curso de Informática (SENAC), atendimento a familiares entre outras ações.

• **Aperfeiçoamento dos sistemas de controle na área criminal**

Houve expansão do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU) em todo o Judiciário paraense compreendendo três fases: pré-operacional, operacional e pós-operacional. A fase pré-operacional correspondente à digitalização. As equipes de trabalho digitalizaram milhares de processos de execução penal e de penas e medidas alternativas que tramitaram em todo o Estado. A digitalização dos processos foi concentrada nas Comarcas-polos de Belém, Castanhal, Marabá e Santarém, as quais receberam os processos de todas as demais Comarcas, contando, para isso, com o auxílio da Central de Digitalização do TJPA. A fase operacional, por sua vez, compreendeu os trabalhos de cadastramento e implantação dos processos e capacitação de parceiros para a utilização do SEEU (TJPA, Ministério Público, Defensoria Pública, Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil e Administração Penitenciária). Já a fase pós-operacional corresponde a continuidade de utilização do sistema no Pará.

<b>INICIATIVA ESTRATÉGICA</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Enfrentamento à violência doméstica e familiar, contra o idoso, contra a criança e o adolescente e outros grupos vulneráveis</li> <li>2. Fortalecimento da justiça restaurativa</li> <li>3. Apoio as ações de ressocialização de apenados e</li> </ol>
<b>META 2020</b>	Aumentar em 1% o número de sentenças em execução de penas e medidas alternativas
<b>INDICADOR</b>	Sentenças em execução de penas e medidas alternativas (SentPA)
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	Não há

## - APURAÇÃO

Índices	Sentenças em execução de penas e medidas alternativas (SentPA)
Índice esperado	1%
Índice observado	76%
Situação da Meta	<b>ALCANÇADA</b>

Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

## Histórico do indicador Sentenças em execução de penas e medidas alternativas (SentPA)



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

## - DESEMPENHO

O resultado apurado foi 79% maior que o esperado em relação a linha de base e 76% maior que a meta para 2020.

## VIII. MACRODESAFIO MELHORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Este macrodesafio refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano nos órgãos do Poder Judiciário. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos

colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao estabelecimento de sistemas de recompensas, à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

As iniciativas previstas foram: Implantação da gestão por competências, Padronização de lotação de pessoal, Formação inicial e continuada de magistrados, servidores e colaboradores, Implantação da Escola Judiciária e Implementação de programas de atenção à saúde e qualidade de vida.

- **Aprimoramento da formação de magistrados e servidores**

A formação de magistrados e servidores durante o ano de 2020 contemplou a realização de cursos regulares como o Curso de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher com Perspectiva de Gênero, Cursos de Processo Judicial Eletrônico, Curso de Formação de Tutores no Contexto da Magistratura, de demandas repetitivas e grandes litigantes, dentre outros. Além disso foram realizados cursos EAD e auto instrucionais, tal qual o Curso de Nivelamento (CNJ). Ademais, durante o ano de 2020, em razão da pandemia, foram realizadas *lives* nas redes sociais da EJPA, bem como *webinários*, como “A Atividade Extrajudicial”.

Encontra-se em andamento o primeiro curso de Pós Graduação *Latu Sensu* de Gestão de Unidade Judiciária, credenciado pelo Conselho Estadual de Educação do Pará e na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. São 49 alunos entre magistrados, diretores de secretaria e demais servidores do TJPA, com carga horária de 400

- **Fortalecimento da política de atenção integral à saúde e qualidade de vida**

Foram realizadas ações em Belém e Região Metropolitana, tais como *webinários*, *lives*, palestras com transmissão ao vivo, cartilhas, especialmente relacionadas à saúde mental e a pandemia da COVID-19. Houve incremento às ações preventivas. Elaborada no Portal da Transparência do TJPA a página COVID-19, para a divulgação de informações relacionadas ao novo Coronavírus (COVID-19), acessadas pelo *link*: <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/COVID-19/604276-informativos-saude.xhtml>. Além de cartilha sobre o Outubro Rosa, publicada em <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/1133116-outubro-rosa-tem-programacao-preventiva.xhtml>. Apesar da pandemia, as equipes de saúde quadruplicaram a previsão inicial dos eventos e o Público beneficiado foi de 2.410 pessoas.

Cabe destacar que antes da pandemia foram desenvolvidos projetos tais como: Atividade Física e Saúde: Pilates, Yoga, Yoga facial, Reiki, Krav maga, Caminhada e Treinamento funcional, Avaliação Ergonômica do posto de trabalho, Análise de Risco de Posto de Trabalho, Educação Postural, Ginastica Laboral; Campanhas educativas (Palestras, Seminários...); Círculos Restaurativos no Ambiente Organizacional; Feiras de produtos artesanais; Roda de Conversa em Saúde Mental; Saúde Itinerante em Marabá; Testes Rápidos (HIV, Sífilis, Hepatite B e C, H1N1), Campanhas de Vacinação; Vídeos educativos; Palestras com transmissão ao vivo; *Webinário, Lives e Podcasts* sobre COVID-19 e Saúde Mental, entrevistas na *Web Rádio Jus*: “Temas de saúde” e Spots.

A Política contempla a Institucionalização de projetos e ações nas áreas de assistência direta à saúde, perícia oficial em saúde, saúde ocupacional, intervenções de promoção à saúde e qualidade de vida, prevenção de doenças bem como o desenvolvimento da solidariedade, da cultura, do esporte e do lazer.

<b>INICIATIVAS ESTRATÉGICAS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantação do modelo de gestão por competências</li> <li>2. Aprimoramento da formação de magistrados e servidores</li> <li>3. Fortalecimento da política de atenção integral à saúde e qualidade de vida</li> </ol>
<b>META 2020</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aumentar em 10% o número de participações de magistrados e servidores em cursos de formação e aperfeiçoamento</li> <li>2. Mapear 100% das competências dos cargos do TJPA</li> <li>3. Aumentar em 8 p.p o grau de satisfação de magistrados e servidores quanto ao clima organizacional do TJPA</li> </ol>
<b>INDICADOR</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Participação em cursos de formação e aperfeiçoamento (CFA)</li> <li>2. Índice de mapeamento de competências</li> <li>3. Índice de Clima organizacional</li> </ol>
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não há</li> <li>2. <math>I_{Comp} = (\text{total de cargos com competência mapeada} / \text{total de cargos existentes}) \times 100</math></li> <li>3. <math>I_{Clima} = (\text{total de avaliações positivas} / \text{total de avaliações}) \times 100</math></li> </ol>

## - APURAÇÃO

Índices	Participação em cursos de formação e aperfeiçoamento (CFA)	Índice de mapeamento de competências	Índice de Clima organizacional
Índice esperado	10%	100%	8 p.p
Índice observado	-66%	–	-10 p.p
<b>Situação da Meta</b>	<b>NÃO ALCANÇADA</b>	<b>NÃO APURADO</b>	<b>NÃO ALCANÇADA</b>

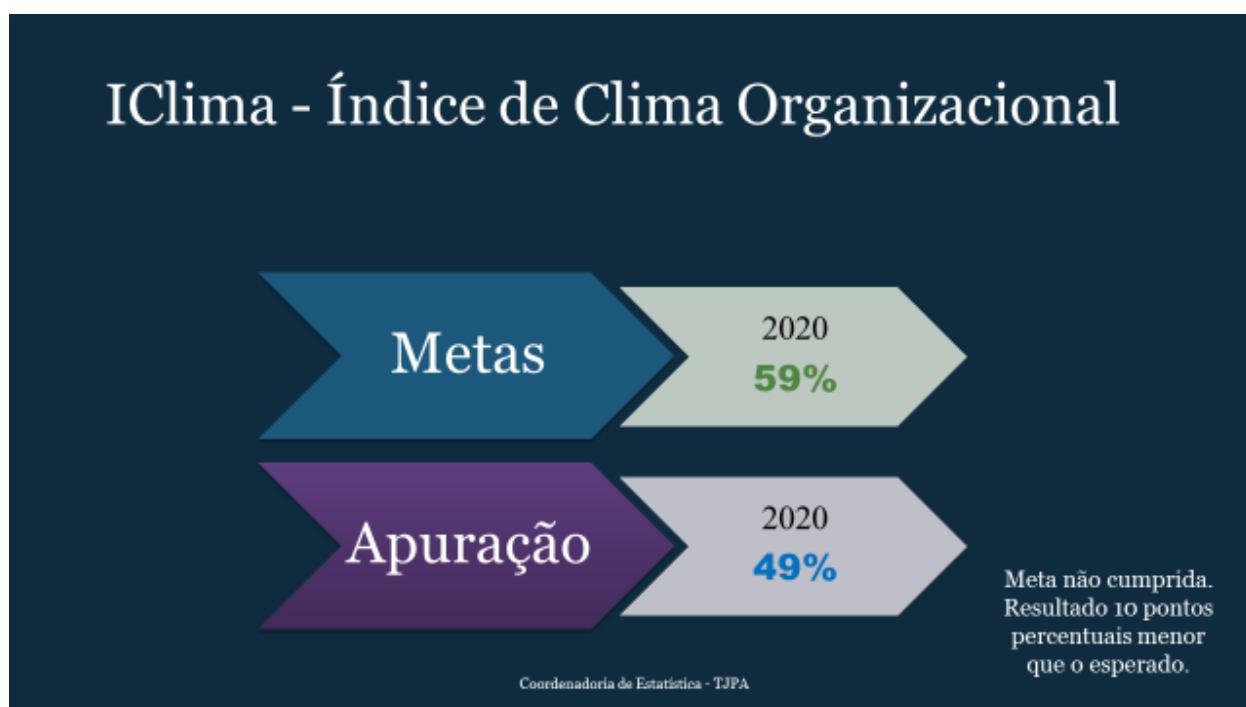
Fonte: Coordenadoria de Estatística/DPGE/TJPA

### Histórico do indicador Participação em cursos de formação e aperfeiçoamento (CFA)



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

## Histórico do indicador Índice de Clima organizacional



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

### - DESEMPENHO

Meta não cumprida, pois o objetivo era aumentar em 10% o número de magistrados e servidores capacitados, ou seja, capacitar 4.586 pessoas, porém a apuração apontou 1.581 capacitados, ou seja, 66% menor que a meta. Quanto a pesquisa de Clima organizacional o objetivo era alcançar 59% de satisfação entre magistrados e servidores, porém o apurado foi 10 p.p menor que o esperado.

## IX. MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS

O Aperfeiçoamento da Gestão de Custos refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.

As iniciativas deste macrodesafio são:

- **Implantação da sistemática de gestão de custos**

Um sistema integrado unificou as gestões patrimonial e financeira do TJPA e pormenoriza os custos da atividade jurisdicional. Foram instalados módulos do sistema nas unidades que cuidam de cada aspecto da gestão: Controle de Recursos Patrimoniais e Materiais; Controle de Frota; Compras e Licitações; Gestão de Contratos e Convênios; Orçamento, Contabilidade e Financeiro; e Gestão de Custos. Com o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) e da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Pará (Prodepa) está sendo feita a integração entre o Sistema de Custos do TJPA e o Sistema Financeiro do Estado (SIAFEM). Esse procedimento automatizará a emissão de Notas de Empenhos, Notas de Liquidação e Ordens Bancárias, com maior eficiência à execução financeira e ao acompanhamento de custos em tempo real.

A integração com o SIAFEM tornará a tomada de decisões estratégicas pela gestão do TJPA melhor consubstanciada no cenário orçamentário e financeiro, resultando em maior robustez nos resultados e benefícios estimados.

<b>INICIATIVA ESTRATÉGICA</b>	1. Implantação da sistemática de gestão de custos 2. Gestão compartilhada de aquisição de bens e serviços
<b>META 2020</b>	1. Reduzir em -15% as despesas com os processos baixados
<b>INDICADOR</b>	1. Índice de Eficiência Operacional
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	1. $IEO = (Despesa\ Total / Total\ de\ Processos\ Baixados)$

#### APURAÇÃO

<b>Índices</b>	<b>Índice de Eficiência Operacional</b>
Índice Esperado	-15%
Índice Observado	-15,2
<b>Situação da Meta</b>	<b>ALCANÇADA</b>

Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

## Histórico do índice de Eficiência Operacional



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

### - DESEMPENHO

Meta cumprida. No ano de 2020 houve redução da variação na despesa total do TJPA. Em relação a linha de base a redução foi de 15,2 % e em relação a meta de 2020 foi 0,2%.

#### X. MACRODESAFIO INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

A Instituição da governança Judiciária refere-se a formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades regionais e próprias de cada segmento de justiça, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos da justiça e pela sociedade. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.

As iniciativas estratégicas deste macrodesafio são as seguintes: Aperfeiçoamento da gestão dos recursos financeiros, Modernização da infraestrutura do Poder Judiciário, Gestão do Planejamento Estratégico, Fortalecimento do sistema de controles internos do TJPA, Aprimoramento das estruturas administrativas e jurisdicionais, Otimização da gestão da informação, Aprimoramento da comunicação interna e externa, Fortalecimento das relações interinstitucionais e Fortalecimento de práticas sustentáveis.



- **Aperfeiçoamento da gestão dos recursos financeiros**

Em um cenário de crise econômica, aprofundada pela crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19, o Tribunal de Justiça do Pará adotou várias medidas para aperfeiçoar a gestão dos recursos financeiros e assegurar a prestação do serviço jurisdicional com qualidade ao cidadão. Na gestão da arrecadação judicial, foram atualizados normativos de parcelamento e de restituição de custas e regulamentada a utilização das fianças de processos criminais.

Os procedimentos de fiscalização extrajudiciais e judiciais, foram executados exclusivamente de modo virtual, totalizando 658 fiscalizações, sendo 155 em cartórios extrajudiciais e 503 em cartórios judiciais. A gestão da arrecadação das receitas que envolvem recolhimentos por parte dos cartórios extrajudiciais e que compõem o Fundo de Reparcelamento do Poder Judiciário (FRJ) foi incrementada com novos módulos e funcionalidades, no Sistema Integrado de Arrecadação Extrajudicial (SIAE).

- **Modernização da infraestrutura do Poder Judiciário**

Realizada em 2020 a Reforma do Fórum de Muaná, Construção do Fórum de Vitória do Xingú, reforma do Fórum de Baião para implantação de acessibilidade e Reforma do edifício que abriga os Juizados Criminais e Turmas Recursais. No 2º grau foram realizadas as obras de construção do edifício da Corregedoria Geral de Justiça e construção do novo acesso ao edifício sede. Quanto ao apoio foi finalizada a reforma e ampliação de imóvel para implantação da Secretaria de Gestão de Pessoas.

- **Gestão do Planejamento Estratégico**

Em 2020, foram realizadas Consultas Públicas à Sociedade e Consulta Pública interna na elaboração de Metas Nacionais e Planejamento Estratégico. Houve a participação de 868 pessoas nas consultas em 2020, o que reforça o caráter colaborativo na construção de metas, com as opiniões de magistrados e servidores, assim como da sociedade.

- **Fortalecimento do sistema de controles internos do TJPA**

O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) está representado no Comitê de Governança e Coordenação do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário (SIAUD-Jud), por meio de sua secretária de Unidade de Auditoria, eleita para o biênio 2020-2022, oportunidade de estar entre o grupo de vanguarda em estudos, tecnologia, metodologia

e interpretações voltadas à auditoria interna. O Código de Ética e o Estatuto da Auditoria Interna do TJPA estão em fase de análise pela Presidência. As normas atendem à Resolução 309/2020 do CNJ, que aprovou as diretrizes técnicas da auditoria interna governamental do Poder Judiciário. São princípios, conceitos e requisitos fundamentais para a prática profissional da auditoria interna no judiciário do Pará.

O TJPA atendeu à demanda do CNJ por capacitação profissional dos auditores durante a pandemia, por meio de parcerias com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Também buscou cursos, palestras, seminários e capacitações em plataforma de treinamento *online* e webinários, junto ao TCU, CNJ, TJDF, TJMT, CONACI e IIA.

Com o advento do Monitoramento da Execução Orçamentária, a SCI avança no controle da aplicação dos recursos. Trata-se de uma evolução do “Relatório de Acompanhamento das Receitas”. O novo formato abrange as despesas realizadas, proporcionando à gestão do TJPA a visualização real dos ingressos de recursos e suas aplicações. Com base na Cadeia de Valor do TJPA, a Auditoria Interna utiliza a Matriz de Priorização de Processos para traçar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, com base nos critérios de Relevância, Criticidade e Materialidade, de modo a indicar os processos auditáveis mais urgentes.

- **Otimização da gestão da informação**

O Arquivo Regional passou a ser receptor dos processos que ainda não transitaram em julgado. Trata-se dos que foram digitalizados e migrados ao PJE. O setor não recebia este tipo de acervo antes e, com isso, a Divisão passa a colaborar com a solução da destinação adequada dos documentos e com a liberação dos espaços físicos nas varas das secretarias.

Houve criação do serviço “visita guiada virtual”, com objetivo de continuar levando a memória e história do judiciário paraense aos interessados.

Foi disponibilizado no Portal da Transparência deste TJPA, aba específica e com informações detalhadas das contratações e ou aquisições realizadas pelo TJPA, necessárias ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus - COVID-19, e do estado de calamidade pública, reconhecido através do Decreto legislativo 6/2020. Além dos dados referentes às contratações, foram também disponibilizadas todas as informações e providências relacionadas a pandemia, adotadas no âmbito do TJPA. As ações citadas possibilitaram maior efetividade à um dos Princípios basilares do direito administrativo, quais sejam o da Publicidade e Transparência.

- **Aprimoramento da comunicação interna e externa**

No contexto desafiador da pandemia do novo coronavírus para todos os setores do Judiciário, a comunicação do TJPA elaborou um Plano de Ação a partir do planejamento, pesquisas e estudos definidos pela gestão para garantir a segurança de servidores, magistrados e colaboradores, tanto durante a quarentena quanto no retorno gradual ao trabalho presencial. Cerca de 1,4 mil matérias, *spots*, vídeos e peças gráficas para as redes sociais foram produzidas nesse período. Ferramentas digitais já utilizadas pela Comunicação do TJPA, como as listas de transmissão do *Whatsapp*, foram ampliadas e se tornaram essenciais para difundir orientações emanadas do Grupo de Trabalho intersetorial, no período em que o acesso aos meios tradicionais de comunicação se tornou limitado por conta do trabalho remoto. As informações passaram a chegar diretamente aos celulares de magistrados e servidores.

O trabalho de divulgação das atividades do TJPA ocorre junto aos veículos tradicionais de comunicação (jornais, televisões, rádios e portais de notícias) e nas mídias do próprio Tribunal (portal externo, portal interno, Web Rádio Jus e boletim informativo digital). Em 2020, o Tribunal foi mencionado em 2.599 matérias jornalísticas nos jornais de grande circulação em Belém. Nos portais interno e externo do Tribunal foram divulgadas 1.178 notícias.

A Web Rádio Jus, a rádio oficial do TJPA, veiculou 305 matérias e notas jornalísticas sobre o Poder Judiciário. O material teve o aproveitamento de 13.159 acessos e por outras rádios comerciais, comunitárias e educativas. O TJPA mantém perfis nas mídias sociais *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *Youtube*. A página oficial do TJPA no *Facebook*, por exemplo, saltou de 15.203 seguidores para 18.738, de dezembro de 2019 a dezembro de 2020. As páginas oficiais do Instagram têm 22 mil seguidores e do *Twitter*, 1.906. No sistema de mídia indoor, foram 100 vídeos em 2020.

- **Fortalecimento de práticas sustentáveis**

Durante o ano de 2020, devido à pandemia, foram realizadas somente 2 feiras da Agricultura Familiar em parceria com a Emater de Santa Izabel. O projeto tem objetivo de promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho, oportunizando ao corpo funcional alimentação saudável, livre de agrotóxicos e adubos químicos que interfiram na saúde humana. Os produtos são comercializados com valores inferiores ao comércio local, uma vez que a venda é direta do produtor ao consumidor final. As feiras exercem importante compromisso social do TJPA na inclusão de pequenos produtores, que

privilegiam os princípios da agroecologia, podendo escoar suas produções em benefício mútuo.

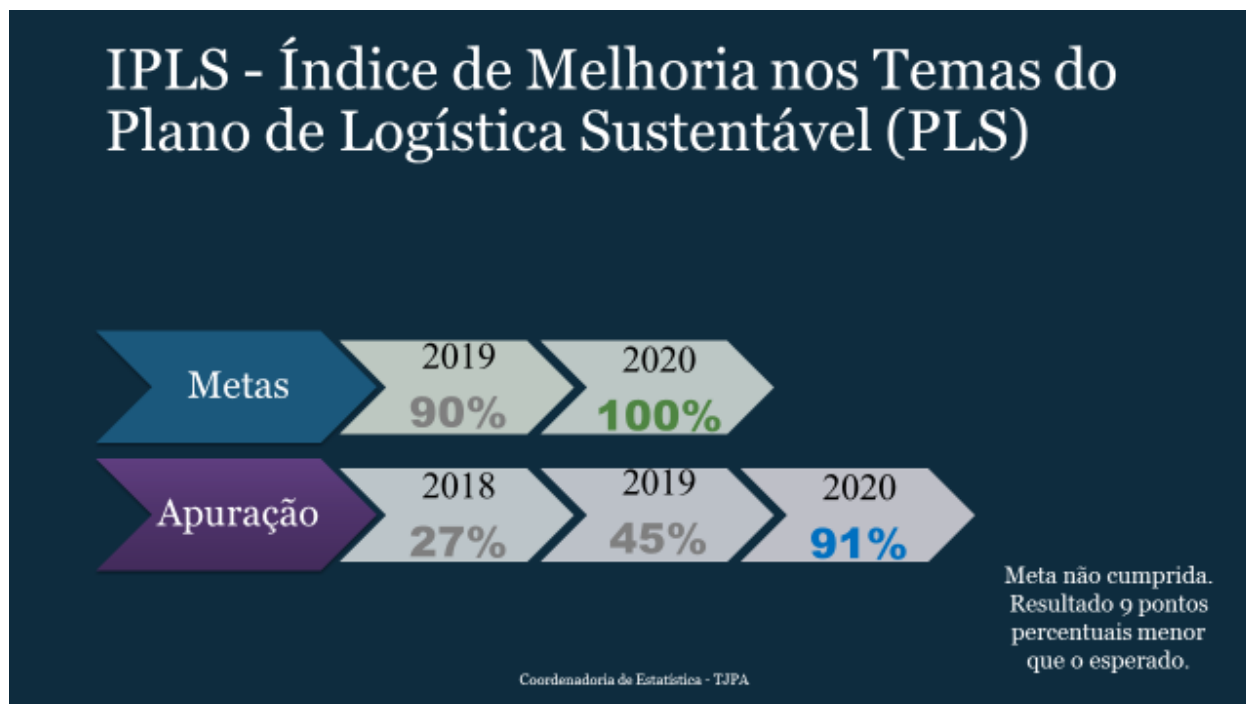
<b>INICIATIVAS ESTRATÉGICAS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aperfeiçoamento da gestão dos recursos financeiros</li> <li>2. Modernização da infraestrutura do Poder Judiciário</li> <li>3. Gestão do Planejamento Estratégico</li> <li>4. Fortalecimento do sistema de controles internos do TJPA</li> <li>5. Aprimoramento das estruturas administrativas e jurisdicionais</li> <li>6. Otimização da gestão da informação</li> <li>7. Aprimoramento da comunicação interna e externa</li> <li>8. Fortalecimento das relações interinstitucionais</li> </ol>
<b>META 2020</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Alcançar 100% de melhoria em todos os temas do PLS</li> <li>2. Alcançar pelo menos 90% de execução das ações do Plano de Gestão</li> </ol>
<b>INDICADOR</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Índice de melhoria dos Temas do Plano de Logística Sustentável (PLS)</li> <li>2. Índice de execução do Plano de Gestão</li> </ol>
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <math>.(N^{\circ} \text{ de Temas com melhoria} / \text{Total de Temas do PLS}) \times 100</math></li> <li>2. <math>(N^{\circ} \text{ de ações executadas}) / (\text{total de ações programadas}) \times 100</math></li> </ol>

#### - APURAÇÃO

<b>Índices</b>	<b>Índice de melhoria dos Temas do Plano de Logística Sustentável (PLS)</b>	<b>Índice de execução do Plano de Gestão</b>
Índice Esperado	100%	90%
Índice Observado	91%	90%
<b>Situação da Meta</b>	<b>NÃO ALCANÇADA</b>	<b>ALCANÇADA</b>

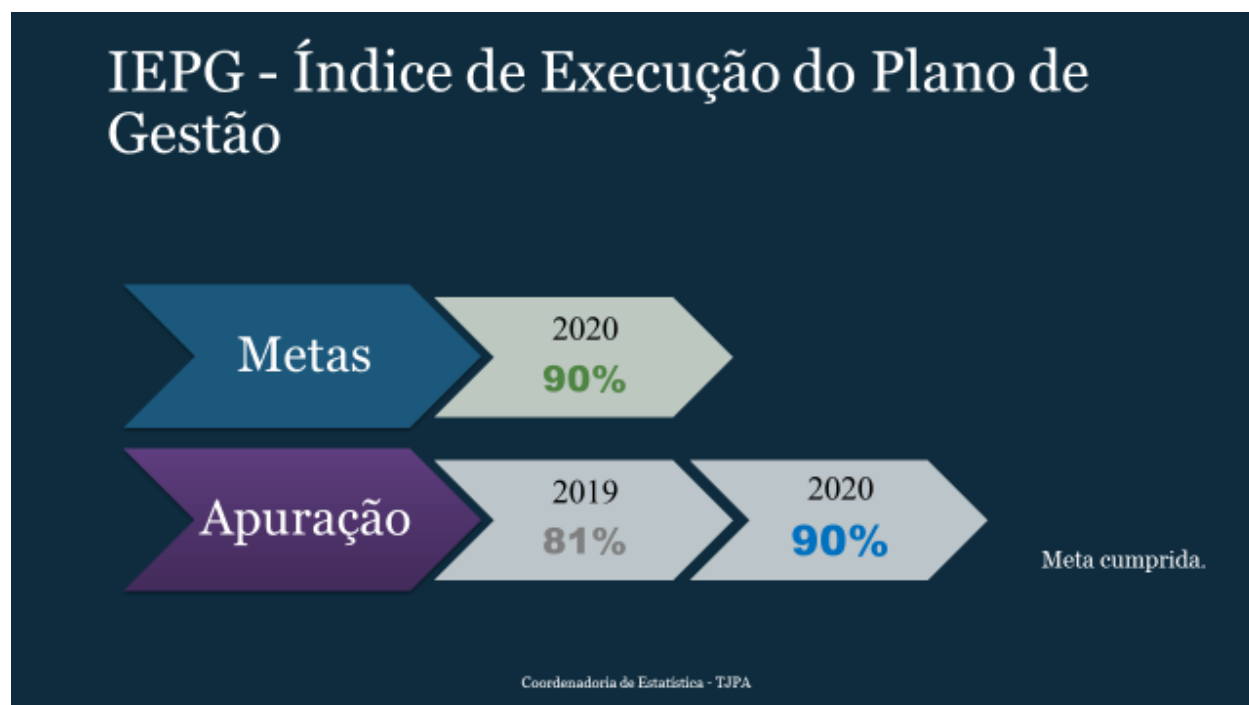
Fonte: Coordenadoria de Estatística/DPGE/TJPA

## Histórico do indicador índice de melhoria dos temas do plano de logística sustentável



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

## Histórico do indicador Índice de Execução do Plano de Gestão



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

## - DESEMPENHO

Quanto ao Plano de Logística Sustentável o resultado esperado era alcançar melhoria nos 11 temas que o compõem, ou seja, 100%, porém o apurado foi de 91% de melhorias. Em relação ao plano de gestão a meta foi cumprida, com execução de 90% no biênio.

### **XI. MACRODESAFIO MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC**

A Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC busca o uso racional dos instrumentos de tecnologia da informação e comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo CNJ. Visa garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

Neste macrodesafio foram trabalhadas as seguintes iniciativas estratégicas: Modernização da infraestrutura de TIC, Gestão do sistema de informação, Aprimoramento da segurança da informação e Fortalecimento da governança na área de tecnologia de informação e comunicação.

- **Inovação e modernização da infraestrutura de TIC**

A Secretaria de Informática, com o apoio da Coordenadoria de Suporte Técnico, foi capaz de realizar a aquisição de uma solução de Enclosures, Switches e Servidores de Processamento Genérico Compactos (do tipo Blade). Esses equipamentos representam 4 vezes a quantidade de recursos computacionais existentes atualmente no TJPA, e serão consumidos por todos os serviços do TJPA, em especial o PJe, que tende a crescer exponencialmente ao longo dos próximos anos conforme progride no projeto de digitalização de processos físicos. Trata-se, portanto, de uma infraestrutura tecnológica que habilita o TJPA para mais 5 anos de demanda computacional.

Na mesma negociação dos equipamentos supramencionados, o TJPA também adquiriu uma Infraestrutura em Nuvem Híbrida com *VMWare Vcloud Suite*, em substituição à antiga tecnologia do *Vsphere*. Trata-se de uma solução de *software* de virtualização do *DataCenter*, que otimiza ao máximo aos recursos computacionais dos equipamentos adquiridos e habilitam os facilitadores de produtividades que a Secretaria

de Informática tanto precisa para conseguir atender o volume de demandas institucionais.

A equipe atingiu estágios finais da atualização do ambiente de armazenamento (*storage*) do TJPA, que implica no aumento da proteção dos dados, da disponibilidade, flexibilidade e escalabilidade tecnológica, além da facilidade de gerenciamento dessa solução. A conclusão dessa entrega libera funcionalidade recentes extremamente úteis, como o armazenamento S3, um tipo de armazenamento de objetos desenvolvido para guardar e recuperar qualquer volume de dados em qualquer local, o que beneficiará demais os sistemas institucionais.

Entregue a infraestrutura de *DataCenter* necessária para atualização de versão do SIGADOC, o que inclui ajustes de performance e customização dos servidores de aplicações envolvidos no processo. Também foi realizada a atualização da infraestrutura tecnológica para o PJe, que experimentou aumento no número de nós na infraestrutura de servidores de aplicação, incremento na quantidade de recursos computacionais, além de estudo e análise de portabilidade do atual sistema para a plataforma de container do *Openshift*; tudo isso implica em escalabilidade, robustez e disponibilidade ao PJe.

Quanto ao Serviço de Infraestrutura de Redes, em 2020, houve êxito na migração de mais 8 circuitos de dados do interior, que deixaram de ser atendidas por satélite e agora utilizam algum meio terrestre. Rio Maria, Conceição do Araguaia, Breu Branco, Tomé-Açu, Breves, Óbidos, Juruti e Uruará experimentaram diminuição no tempo de resposta, o que provê melhores condições de trabalho.

- **Inovação e aperfeiçoamento da gestão dos sistemas de informação**

Em virtude da pandemia foram desenvolvidas ferramentas digitais para facilitar o acesso de servidores em teletrabalho. Foi publicada uma página no portal externo do TJPA reunindo portarias, programas, guias práticos e vídeos de instrução para auxiliar no uso de recursos tecnológicos ao trabalho remoto.

Uma Central de Atendimento exclusiva para dificuldades relacionadas ao teletrabalho funcionou concomitantemente aos canais de atendimento da Central de Serviços de Tecnologia. Também foram disponibilizados recursos para agendamento *online* de atendimentos presenciais ou virtuais para advogados ou jurisdicionados.

No 1º grau houve habilitação de perícias por videoconferência para não comprometer a saúde dos agentes interessados. Isso exigiu a adaptação das audiências presenciais no 1º grau para o formato virtual, por meio do *Microsoft team*. No 2º grau os julgamentos prosseguiram de forma remota, com transmissões ao vivo no portal externo do TJPA.

- **Aprimoramento da segurança da informação**

Houve adaptação à solução de segurança da informação institucional, para viabilizar acesso fácil, rápido e seguro à rede do TJPA a partir de casa. Os acessos foram feitos por meio de conexões privadas virtuais criptografadas, disponibilizadas a todos os magistrados e servidores para simplificar o acesso aos sistemas internos sem comprometer a segurança.

- **Fortalecimento da governança na área de tecnologia de informação e comunicação**

Houve uma ação para ampliar a capacitação em temas de tecnologia por meio da plataforma de ensino a distância. Foram realizados, em 2020, 5 (cinco) cursos do sistema PJe 2.0, na modalidade de ensino a distância, com um total de 704 capacitados, entre magistrados e servidores.

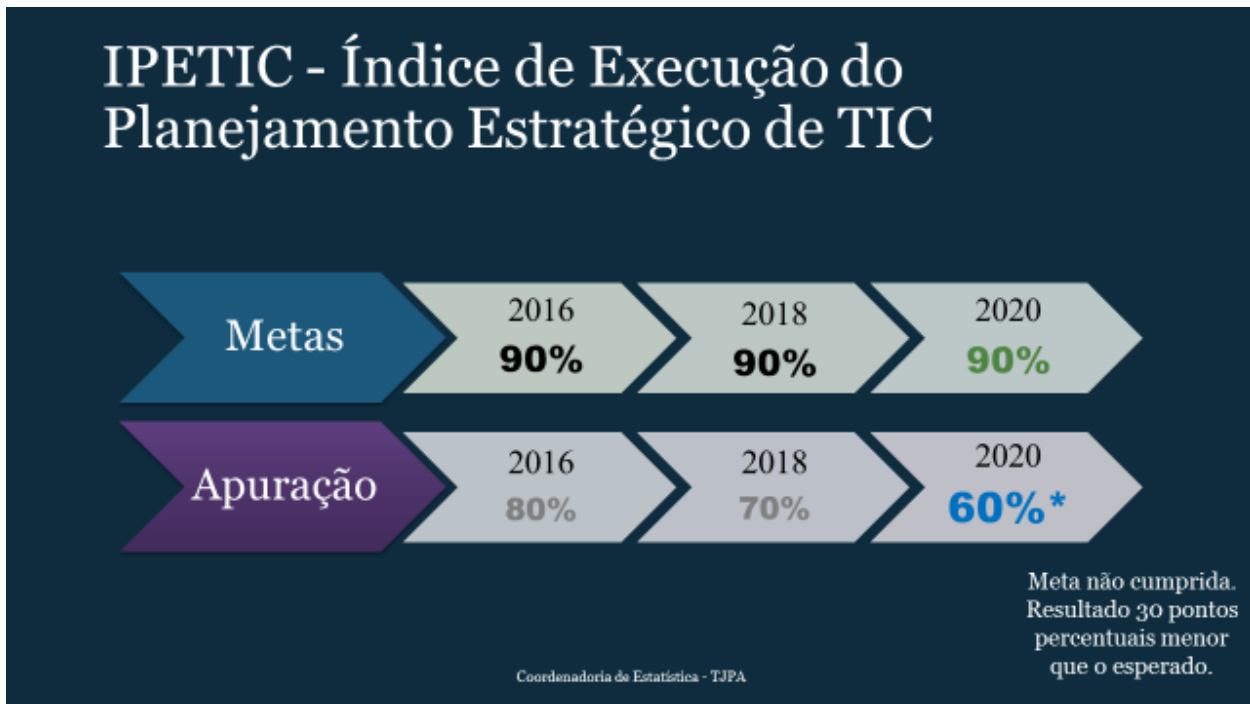
<b>INICIATIVAS ESTRATÉGICAS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Modernização da infraestrutura de TIC</li> <li>2. Gestão do sistema de informação</li> <li>3. Aprimoramento da segurança da informação</li> <li>4. Fortalecimento da governança na área de tecnologia de informação e comunicação</li> </ol>
<b>META 2020</b>	Executar pelo menos 90% das metas do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação a cada biênio, até 2020
<b>INDICADOR</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Índice de Execução do Planejamento Estratégico de TIC</li> </ol>
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	1. $IPETIC = (N^{\circ} \text{ de metas alcançadas} / \text{Total de Metas Programadas}) \times 100$

<b>Índices</b>	<b>Índice de Execução do Planejamento Estratégico de TIC</b>
Índice Esperado	90%
Índice Observado	60%
<b>Situação da Meta</b>	<b>NÃO ALCANÇADA</b>

Fonte: Coordenadoria de Estatística/DPGE/TJPA



## Histórico do Índice de Execução do Planejamento Estratégico de TIC



### - DESEMPENHO

A meta traçada para o período era 90%, porém só houve execução de 60% do que foi planejado no planejamento estratégico.